

O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*

de Kennet Maxwell

A revolução traída

por Waldir José Rampinelli**

Começou com um golpe de Estado, transformou-se rapidamente em revolução e terminou em um governo democrático-burguês. Foi o que aconteceu em Portugal entre os anos de 1974 e 1976. Revolução de Abril ou dos Cravos é o nome dado a este evento que derrubou uma ditadura de 48 anos.

O império derrotado: revolução e democracia em Portugal, do historiador Kennet Maxwell, analisa o regime salazarista, o colonialismo português na África, a Revolução de Abril e a consolidação do sistema democrático.

Ao citar os grandes navegadores – Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, Pedro Álvares Cabral e Fernão de Magalhães –, o autor parte do conceito de *descobrimto*, sem levar em conta o de *conquista*. Inclusive os elogia, como costumava fazer o poeta Fernando Pessoa e o ditador Oliveira Salazar, utilizando uma frase de Charles R. Boxer: “foram eles que primeiro deram à humanidade a consciência, embora vaga, de sua unidade essencial”.

António de Oliveira Salazar, que afirmava que a Pátria começava no Minho e terminava no Timor, usou todos os caminhos possíveis para manter o império colonial ultramarino. Quando pressentiu que o fim estava próximo, chegou a dizer: “Não quero, repito que não quero morrer neste lugar [referia-se à condição de Presidente dos Conselhos de Ministros, que na realidade corresponderia à função de Primeiro Ministro]. E também não quero viver muito tempo depois de sair, porque não quero ver as desgraças e a confusão em que o mundo vai mergulhar, e o país” (Nogueira, 1987: 268). Maxwell não analisa duas estratégias muito importantes desta ditadura: uma, a teoria do branqueamento da África, defendida na Constituição de 1933; outra, a tese do luso-tropicalismo de Gilberto

* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

** Professor da UFSC e pesquisador do Neils.

Freyre, difundida nos anos 1950. Ambas, suportes ideológicos do *status quo* colonial.

O autor não considera o período salazarista como fascista, definindo-o como *regime autoritário católico*. No entanto, fala da função das milícias, do papel do partido, do trabalho da Igreja e da dominação do Estado, o que, em sua atuação conjunta, nada mais é do que uma realidade fascista. Salazar, quando ainda era ministro das Finanças e dava os primeiros passos na implantação de sua peculiar versão do fascismo, advertiu a um jornalista que “é necessário fazer neste país uma grande revolução na ordem para evitar a que outros fatalmente fariam na desordem”. Verdade que faltava ao salazarismo as características que demarcavam o fascismo das ditaduras clássicas europeias, tais como a liderança carismática, o partido único mobilizando as massas, a ideologia expansionista e guerreira, mas isso não lhe tiram outras marcas que podem ser denominadas de fascistas. Manuel Lucena, cientista social português, chegou a definir o regime como *um fascismo sem movimento fascista*, e não há dúvida sobre sua simpatia com as ditaduras fascistas europeias. Álvaro Cunhal lembra “que Salazar promoveu a divulgação de uma fotografia de sua mesa de trabalho, onde figurava em destaque um retrato de Mussolini. Que Salazar fez inúmeras declarações enaltecendo a Alemanha hitleriana e a Itália de Mussolini. Que Salazar afirmou que talvez o maior erro de Hitler foi ter perdido a guerra. Que, quando da tomada de Berlim pelo Exército Soviético, decretou, pela morte de Hitler, três dias de luto nacional, com bandeira portuguesa a meia haste” (Cunhal, 1999: 45).

Maxwell dedica uma grande parte do livro aos intrincados problemas de descolonização africana – de modo especial de Angola – e a como as guerras coloniais geravam uma dura e persistente crise em Lisboa. E o faz muito bem, pois teve contato com muitos documentos e uma vasta bibliografia. Não bastasse isso, estava em Portugal no calor destes acontecimentos. No entanto, ao analisar muito a África e pouco Portugal, mesmo assim não dá a devida atenção ao papel de Cuba no apoio ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Não cita, por exemplo, a Batalha de Cuito Cuanavale (1987), na qual as tropas cubanas, juntamente com as angolanas, derrotaram as sul-africanas, sendo este um dos motivos que levaram os racistas de Pretória a negociar não apenas o fim das intervenções em Angola, como também a independência da Namíbia, abrindo caminho para o término do *apartheid* em seu próprio território

Ao tratar da entrada de Portugal na ONU (1955) e dos possíveis problemas com as colônias ultramarinas, Maxwell, como brasileiro que é, deveria pelo menos citar o apoio do governo brasileiro de Juscelino Kubitschek (1956-1961) na manutenção do colonialismo português. Donatello Grieco, representante brasileiro na Quarta Comissão das Nações Unidas, onde se travava

o debate referente à descolonização, afirmou taxativamente que “tocar em Portugal era tocar no Brasil”. E endossava a tese de Salazar de que o país não possuía colônias, mas províncias ultramarinas.

Maxwell conclui seu trabalho com dois capítulos de títulos muito sugestivos: “A revolução domada” e “Arrumação da casa”. Na realidade a revolução foi pactuada, transformando-se de ativa em passiva por atores internos e externos. Dentro de Portugal atuaram os partidos políticos conservadores sob a liderança do Partido Socialista de Mário Soares, juntamente com a Igreja Católica, as diversas facções burguesas, um segmento das Forças Armadas e uma classe média assustada com as expropriações de terras e as nacionalizações de fábricas. Fora de Portugal, em uma conjuntura internacional de Guerra Fria, embora se vivesse um período de distensão entre Washington e Moscou, foi decisiva a intervenção dos Estados Unidos, da Comunidade Européia, da ditadura franquista e dos organismos financeiros que cortaram seus créditos ao governo português que se proclamava rumo ao socialismo.

Por outro lado, a *arrumação da casa* é o estabelecimento de uma democracia burguesa com o isolamento de todos os radicais, quando não sua detenção. O autor chama a isso de *um sistema de governo totalmente (sic) democrático* (p. 220). A Constituição de 1976, que fora um retrato da Revolução dos Cravos, precisou ser mudada, passando por quatro revisões, nas quais todos os avanços revolucionários foram expurgados, especialmente a estratégia estabelecida pela Assembléia Nacional Constituinte da *transição para o socialismo* como objetivo do Estado democrático.

Algumas observações pontuais, mas não menos importantes, fazem-se aqui necessárias. Maxwell costuma desenvolver em seus livros *ensaios bibliográficos*, em que comenta os arquivos pesquisados e as principais obras consultadas, emitindo um juízo de valor sobre elas, o que é muito bom.

É preciso, porém, tomar cuidado com alguns clichês, como dizer que Salazar era *um austero celibatário*. Sabe-se, hoje, que ele era austero, mas celibatário nem tanto. Na verdade, o ditador vendeu esta imagem aos portugueses com a finalidade de exigir deles austeridade econômica, tendo em vista a rejeição da ditadura a um processo de industrialização do país que por certo faria surgir uma classe operária consciente e reivindicativa. Daí sua estratégia de manter *Portugal horta e pomar da Europa*. Além disso, este *celibatário*, juntamente com outro – o cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira –, criaram um pacto de dominação cívico-religiosa, que alguns historiadores denominaram de *regime clerical-fascista* ou *nacional-catolicista*. Ambos usaram muito bem, por exemplo, as *aparições* de Fátima em favor da manutenção do regime, chegando a diplomacia portuguesa a dar visibilidade internacional a estes acontecimentos, principalmente a partir

do final dos anos 1930, já que o culto a ela se tornara vantajoso para o regime salazarista. A Senhora da Cova da Iria passara a ser, então, o escudo contra o *perigo vermelho* que rondava Portugal, quer por meio da Guerra Civil Espanhola (em 13 de maio de 1938 uma grande peregrinação celebra a vitória dos franquistas), quer através do segundo conflito mundial (Portugal se mantivera oficialmente em posição neutral). Passara a ser também a padroeira da Guerra Fria na luta contra uma Rússia atéia; a protetora dos soldados que partiam para a guerra colonial contra a África; e a abençoadora do Estado Novo nacional-católico (Reis, 2000: 14-46).

Por fim, Maxwell refere-se várias vezes ao Ato Colonial publicado em 1930, que se torna parte integrante da Constituição de 1933. No entanto, o autor se equivoca ao dar a data de 1932 para esta Carta Magna que oferecerá suporte jurídico ao Estado Novo Português.

Maxwell, em *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal* analisa a história de um país e todas as implicações com suas colônias, partindo de uma perspectiva teórica conservadora. Termina dizendo que “no contexto da revolução portuguesa, foi Kerenski quem sobreviveu, e não Lênin. Foi o socialista moderado Mário Soares quem finalmente se tornou presidente da República, e o militar radical populista Otelo Saraiva de Carvalho quem foi para a prisão e depois desapareceu na obscuridade política”. Em poucas palavras, segundo Kennet Maxwell, o bem venceu o mal.

Bibliografia

- CUNHAL, Á. (1999). *A verdade e a mentira na Revolução de Abril*. Lisboa: Edições Avante.
- NOGUEIRA, F. (1987). *Um político confessa-se*. 3 ed. Porto: Civilização.
- REIS, B. C. *et alii*. (2000). “Fátima e o poder”. *Revista de História*, Lisboa, ano XXII, n. 29, out.